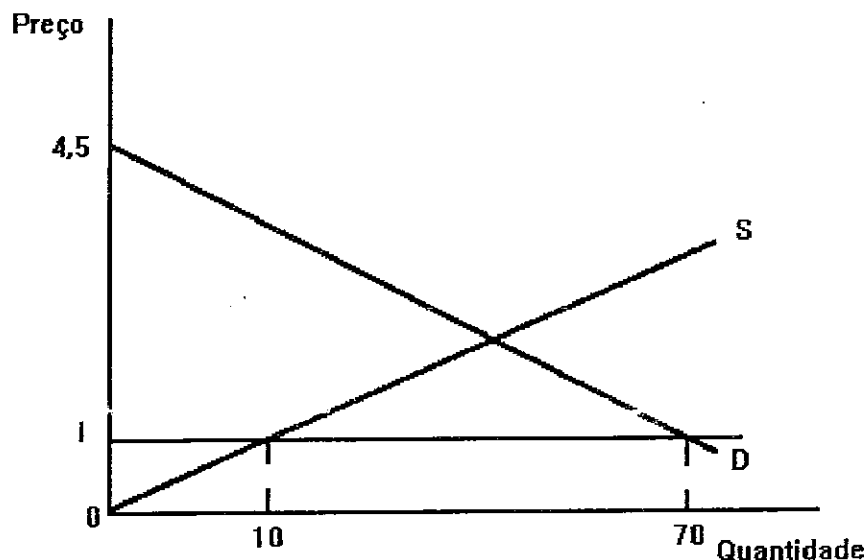


ECONOMIA INTERNACIONAL

POLITICA COMERCIAL

1. Considere que o gráfico seguinte traduz as funções procura e oferta do produto importável de uma pequena economia:



Em situação de livre comércio o preço do bem importável é de 1 unidade monetária.

a) Quais os efeitos decorrentes da imposição de um direito aduaneiro ad-valorem de 100% sobre as importações do bem importável?

b) Considerando que existe concorrência perfeita nos mercados interno e internacional, qual a diferença entre os efeitos do direito ad-valorem de 100% e uma restrição da importação do bem a 30 unidades?

c) Se para a produção interna do bem importável for necessário importar os inputs X e Y, sobre os quais recai respectivamente uma tarifa nominal de 40% e 20%, qual é a taxa de protecção efectiva do sector, sabendo que o peso de X por unidade de produto importável é de 0,2 e o peso de Y é de 0,3?

RESOLUÇÃO:

a)

Efeito sobre o preço interno:

$$p^* = p \cdot (1 + 1)$$

$$p^* = 2$$

O preço sobe de 1 para 2.

Efeito sobre o consumo:

É necessário começar por determinar a expressão analítica da curva da procura interna.

$$p = 4,5 - 3,5/70.Q$$

$$Q = 90 - 20.p$$

Para $p = 2$ o consumo será

$$C = 90 - 20.2$$

$$C = 50$$

O consumo interno desce de 70 para 50 unidades.

Efeito sobre a produção:

É necessário determinar a expressão analítica da curva da oferta interna.

$$p = (1/10).Q$$

$$Q = 10.p$$

Para $p = 2$ a quantidade produzida será

$$Q = 10.2$$

$$Q = 20$$

A produção sobe de 10 para 20 unidades.

Efeito sobre a importação:

A importação passa de $70 - 10 = 60$ unidades para $50 - 20 = 30$ unidades.

Efeito sobre o excedente dos consumidores:

O excedente dos consumidores diminui $1.50 + (1.20)/2 = 60$ unidades monetárias (ACDH).

Efeito sobre o excedente dos produtores:

O excedente dos produtores aumenta $1.10 + (1.10)/2 = 15$ unidades monetárias (ABGH).

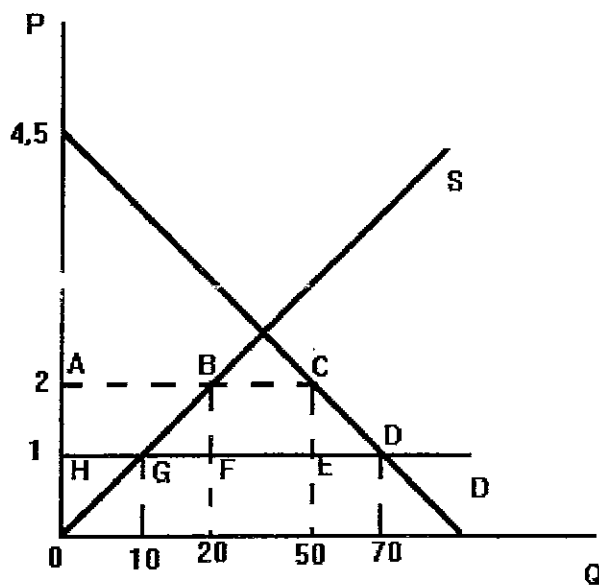
Efeito sobre a receita do Estado:

A receita do Estado aumenta $1.30 = 30$ unidades monetárias (BCEF).

Efeito sobre a economia em geral:

O custo de protecção ascende a $(10.1)/2 + (20.1)/2 = 15$ unidades monetárias (BFG + CDE).

Ilustração gráfica:



b)

A restrição da importação do bem a 30 unidades estabelece o nível de importação no mesmo nível para o direito ad-valorem de 100%, só que as 30 u.m. de receitas fiscais deixaram de se verificar passando esse montante a ser apropriado pelos importadores, que podem adquirir as 30 unidades importadas por 30 u.m. no mercado externo e vendê-las no mercado interno ao preço de 2 u.m. cada uma, ou seja por 60 u.m., arrecadando 30 u.m. de receita adicional.

c)

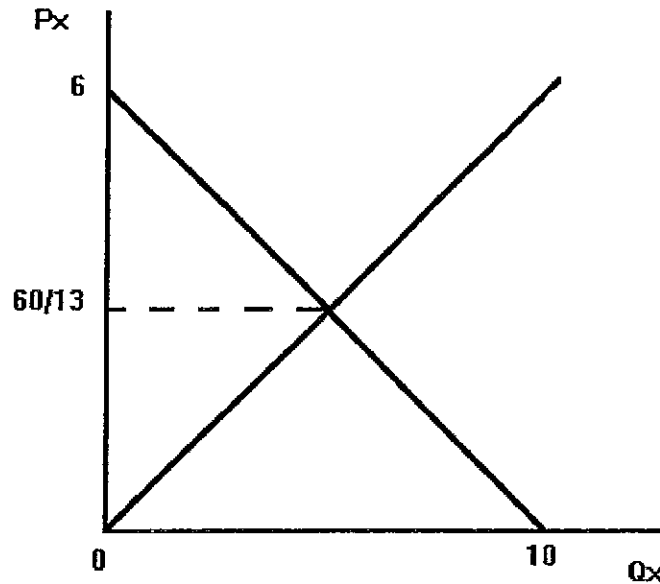
$$e = [t - (a_1 \cdot tm_1 + a_2 \cdot tm_2)] / [1 - (a_1 + a_2)]$$

$$e = [1 - (0,2 \cdot 0,4 + 0,3 \cdot 0,2)] / [1 - (0,3 + 0,2)]$$

$$e = 1,72$$

A taxa de protecção efectiva do sector é de 172%.

2. A fim de estimular a produção nacional, o governo de um país pequeno decide aplicar um direito aduaneiro de 100% sobre as importações do bem X, cujas funções de oferta e procura internas estão representadas no gráfico seguinte:



a) Sabendo que o preço antes do direito era de duas unidades monetárias, indique os efeitos resultantes da aplicação desse direito, apresentando todos os cálculos necessários.

b) Se 50% do valor do bem X corresponder a matéria prima livremente importada, determine a taxa de protecção efectiva à produção de X.

c) Se o governo deste país decidisse optar por uma política comercial intervencionista com minimização dos seus efeitos sobre o bem-estar, deveria optar por um subsídio à exportação ou por um subsídio à produção do bem X? Justifique devidamente a sua resposta.

RESOLUÇÃO:

a)

Curva da procura: $P_x = 6 - 0,6 \cdot Q_x$

$$Q_x = 10 - (1/0,6) \cdot P_x$$

Curva da oferta: $Q_x = a \cdot P_x$

$$10 - (1/0,6) \cdot P_x = a \cdot P_x$$

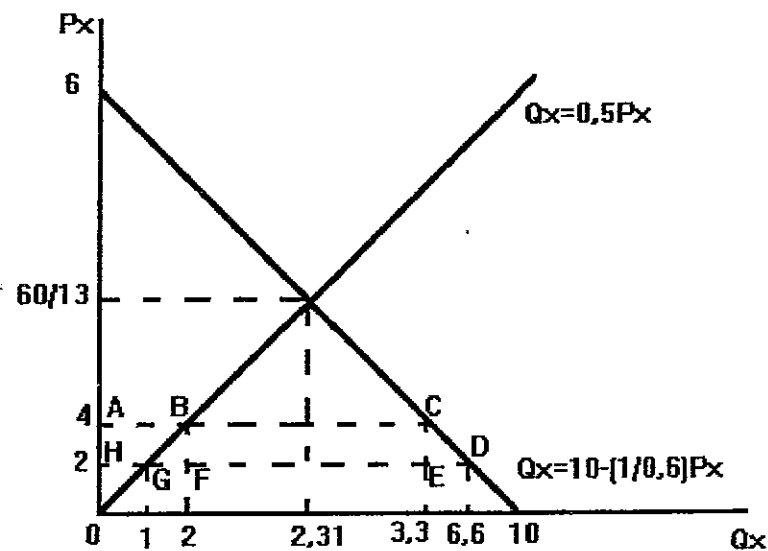
$$10 - (1/0,6) \cdot (60/13) = a \cdot (60/13)$$

$$a = 0,5$$

$$Q_x = 0,5 \cdot P_x$$

- . O preço interno passa de 2 para $2 \cdot (1 + 1) = 4$;
- . O consumo interno passa de $10 - (1/0,6) \cdot 2 = 6,6(6)$ para $10 - (1/0,6) \cdot 4 = 3,3(3)$ unidades;
- . A produção interna passa de $0,5 \cdot 2 = 1$ para $0,5 \cdot 4 = 2$ unidades;
- . As importações passam de $6,6 - 1 = 5,6$ para $3,3 - 2 = 1,3$ unidades;
- . O excedente dos produtores aumenta $2 \cdot 1 + (2 \cdot 1)/2 = 3$ u.m. (ABGH);
- . O excedente dos consumidores diminui $2 \cdot 3,3 + (2 \cdot 3,3)/2 = 9,9$ u.m. (ACDH);
- . As receitas fiscais aumentam $2 \cdot 1,3 = 2,6$ u.m. (BCEF);
- . O custo de protecção é de $(2 \cdot 1)/2 + (2 \cdot 3,3)/2 = 4,3$ u.m. (BFG + CDE).

Ilustração gráfica:



b)

$$e = (t - a \cdot t_m) / (1 - a)$$

$$e = (1 - 0,5 \cdot 0) / (1 - 0,5)$$

$$e = 2$$

A taxa de protecção efectiva é de 200%.

c)

Deveria optar por um subsídio à produção do bem X porque o preço no mercado interno não se alteraria e deste modo a situação do consumidor não era afectada. Caso o governo optasse por um subsídio à exportação o preço no mercado interno tenderia a subir, penalizando os consumidores.

3. O país A é um país pequeno, importador do bem X, cujo preço de equilíbrio internacional é igual a 8, com funções de procura e oferta dadas por:

$$D_x = 60 - 3P_x$$

$$S_x = 4P_x - 10$$

a) Qual será o valor do contingente que aplicado sobre a importação de X, e precisamente nas mesmas condições, terá efeitos equivalentes a um direito ad-valorem de 12,5%?

b) Qual o valor mínimo do direito ad-valorem proibitivo para o país A?

c) A produção interna de X tem uma incorporação nacional de 40% do valor do produto, possuindo o sector uma taxa de protecção efectiva do valor acrescentado de 112,5% para o que contribui o baixo nível dos direitos aduaneiros que recaem sobre os inputs importados cujo valor médio ponderado é de 8,3(3)%. Determine a taxa de protecção nominal do sector.

RESOLUÇÃO:

a)

$$P = 9 \Rightarrow D_x = 60 - 3 \cdot 9 = 33$$

$$\Rightarrow S_x = 4 \cdot 9 - 10 = 26$$

$\Rightarrow D_x - S_x = 7$ (contingente equivalente ao direito ad-valorem de 12,5%)

b)

O direito proibitivo é aquele que reconduz o país à situação de autarcia, ou seja,

$$D_x - S_x = 0$$

$$60 - 3P_x - (4P_x - 10) = 0$$

$$P_x = 10$$

O direito ad-valorem proibitivo deverá ser de $(10 - 8)/8 \cdot 100 = 25$ (%).

c)

$$e = (t - \alpha \cdot tm) / (1 - \alpha)$$

$$\alpha = 1 - 0,4 = 0,6$$

$$1,125 = (t - 0,6 \cdot 0,0833) / (1 - 0,6)$$

$$t = 0,5$$

A taxa de protecção nominal do sector é de 50%.

4. Nas economias Gama e Resto do Mundo, de dimensões semelhantes, a procura e oferta internas para o bem X são fornecidas respectivamente por:

**Economia Gama: $D_x = 90 - 15P_x$
 $S_x = -10 + 5P_x$**

**Resto do Mundo: $D_x = 30 - 5P_x$
 $S_x = 10 + 5P_x$**

A economia Gama importa o bem X.

a) Represente graficamente a situação de equilíbrio em comércio na economia Gama.

b) Se Gama tivesse como objectivo reduzir o nível das suas importações para zero, qual seria o direito ad-valorem mínimo que deveria impor?

RESOLUÇÃO:

a)

Para responder à questão é necessário, em primeiro lugar, determinar o preço do bem X no mercado internacional, isto é, aquele que iguala o nível das importações de Gama com o volume de exportações do Resto do Mundo.

Determinação das funções de importação e exportação:

Economia Gama

$$M = D_x - S_x$$

$$M = 90 - 15P_x - (-10 + 5P_x)$$

$$M = 100 - 20P_x$$

Resto do Mundo

$$X = S_x - D_x$$

$$X = 10 + 5P_x - (30 - 5P_x)$$

$$X = -20 + 10P_x$$

Equilíbrio nas trocas:

$$M = X$$

$$100 - 20P_x = -20 + 10P_x$$

$$P_x = 4$$

$$M = X = 20$$

Configuração das curvas após a abertura ao comércio no gráfico representativo do mercado da economia Gama:

Procura interna: $D_x = 90 - 15P_x$
se $P_x = 0 \Rightarrow D_x = 90$;
se $D_x = 0 \Rightarrow P_x = 6$

No espaço dos pontos $(Q_x; P_x)$ a função procura é uma recta que passa pelos pontos $(90;0)$ e $(0;6)$.

Oferta interna: $S_x = -10 + 5P_x$
se $P_x = 0 \Rightarrow S_x = -10$
se $S_x = 0 \Rightarrow P_x = 2$

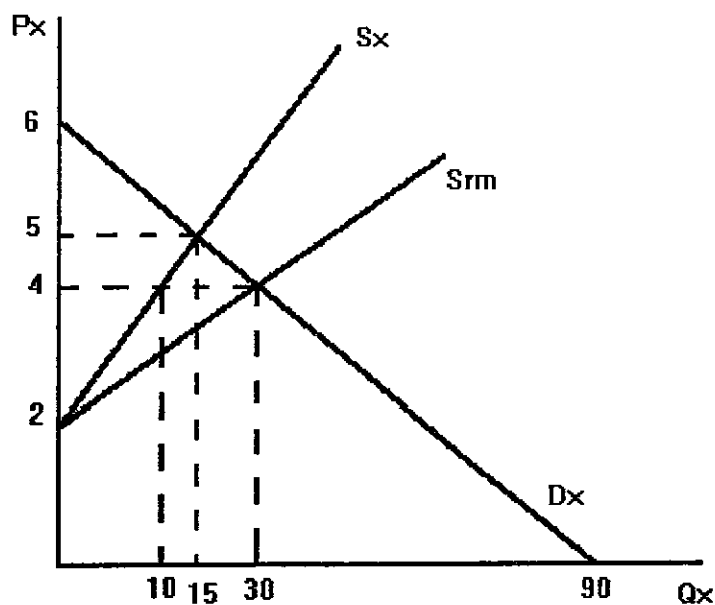
No espaço dos pontos $(Q_x; P_x)$ a função oferta interna é uma recta que passa pelos pontos $(-10;0)$ e $(0;2)$.

$$\text{Se } P_x = 4 \Rightarrow S_x = 10 \text{ e } X = 20$$
$$\text{Se } P_x = 2 \Rightarrow S_x = 0 \text{ e } X = 0$$

No espaço dos pontos $(Q_x; P_x)$ referente ao mercado do bem X em Gama, a função oferta do Resto do Mundo é uma recta que passa pelos pontos $(30;4)$ e $(0;2)$. A oferta do Resto do Mundo neste espaço pode, por isso, ser representada pela função:

$$S_{rm} = 15P_x^* - 30$$

Representação gráfica do equilíbrio em comércio na economia Gama:



b)

O direito ad-valorem (mínimo) proibitivo teria como efeito igualar a oferta e a procura internas o que implicaria o estabelecimento dum preço de equilíbrio para o bem X em Gama igual a 5 para um nível de transacções de 15 unidades do produto referido. Para uma oferta desta dimensão o Resto do Mundo está disposto a praticar um preço de 3 u.m. De facto, tendo em conta $S_{rm} = 15P_x^* - 30$, se $S_{rm} = 15$, $P_x = 3$.

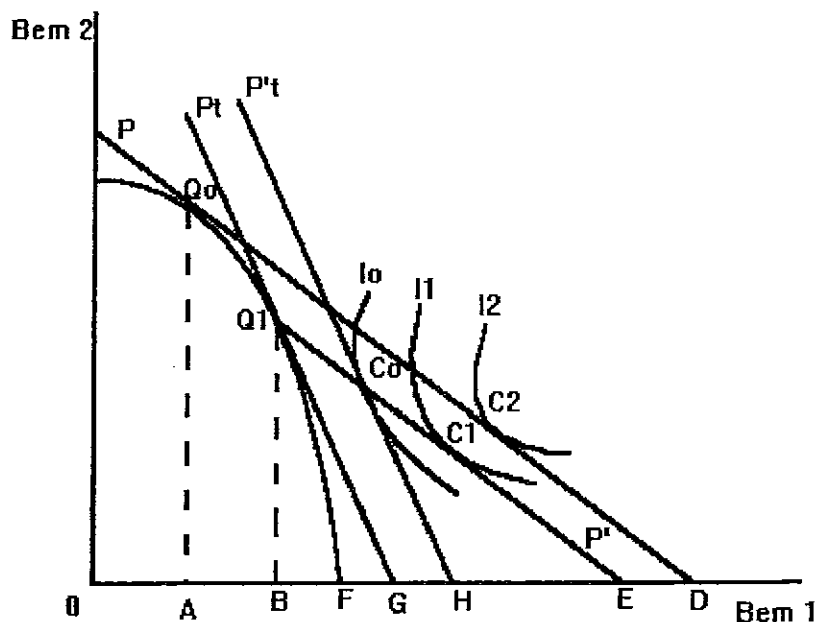
Por outro lado, sabe-se que:

$$P_t = P^* \cdot (1 + t)$$

$$t = (P_t - P^*) / P^*$$

onde P^* e P_t são respectivamente os preços antes e depois da aplicação do direito (neste caso 5 e 3). Substituindo, tem-se um direito ad-valorem sensivelmente igual a 66,7%.

5. Os efeitos da aplicação de um direito aduaneiro no modelo de equilíbrio geral, a dois bens e dois factores, estão ilustrados na figura seguinte:



Os pontos Q e C indicam combinações de produção e de consumo, respectivamente, em diferentes situações. Os declives das rectas P e P' representam os preços relativos sem e com direito, respectivamente. P e P', e P_t e P'_t são paralelas.

a) Supondo que o bem 1 faz as funções de numerário, localize na figura as seguintes variáveis:

- . Nível de bem-estar na situação de protecção;
- . Nível de bem-estar na situação em que a produção do bem 1 é subsidiada;
- . Produção do bem 2, em volume, na situação de livre-câmbio;
- . Produção do bem 2, em valor, na situação de livre-câmbio;
- . Rendimento nacional a preços mundiais, na situação de livre câmbio.

b) No caso ilustrado pela figura, existe justificação económica para a aplicação do direito? Justifique.

RESOLUÇÃO:

a)

Nível de bem-estar na situação de protecção: C₀

Nível de bem-estar na situação em que a produção do bem 1 é subsidiada: C₁

Produção do bem 2, em volume, na situação de livre-câmbio: AQ₀

Produção do bem 2, em valor, na situação de livre-câmbio: AD

Rendimento nacional a preços mundiais, na situação de livre-câmbio: OD.

b)

O país em causa é um país pequeno, já que observamos que a imposição do direito aduaneiro não alterou o preço internacional. Para um país pequeno, a maximização do bem-estar é atingida pelo livre comércio, porque os termos de troca médios igualam os termos de troca marginais. Mediante a introdução do direito, assistimos a uma redução do rendimento nacional desse país, a preços internacionais, no montante de ED. Desta forma, não existem razões económicas para a aplicação do direito, dado que a redução referida implica necessariamente a redução do bem-estar social.

6 A fim de estimular a produção nacional de um certo produto, um país introduz um direito alfandegário de 10% sobre a sua importação.

a) Sabendo que a função oferta interna desse bem é $P = 2Q$, a função procura é $5P = 30 - 3Q$ e que o preço era de 3 unidades monetárias antes da introdução do direito, indique todos os resultados da aplicação desse direito, supondo que o país em causa não possui peso significativo no mercado mundial.

b) Caso o país fosse um dos principais compradores mundiais do produto em questão, poderia apresentar os mesmos resultados? Justifique.

RESOLUÇÃO:

a)

Efeito sobre o preço interno:

$$P^* = 3 + (1 + 0,1)$$

$$P^* = 3,3$$

O preço interno passa de 3 para 3,3.

Efeito sobre o consumo:

$$5P = 30 - 3Q$$

$$Q = 10 - (5/3)P$$

$$Q = 10 - (5/3).3,3 = 4,5 \text{ (depois do direito)}$$

$$Q = 10 - (5/3).3 = 5 \text{ (antes do direito)}$$

O consumo interno desce de 5 para 4,5 unidades.

Efeito sobre a produção:

$$P = 2Q$$

$$Q = (1/2) \cdot 3,3 = 1,65 \text{ (depois do direito)}$$

$$Q = (1/2) \cdot 3 = 1,5 \text{ (antes do direito)}$$

A produção interna sobe de 1,5 para 1,65 unidades.

Efeito sobre a importação:

A importação passa de $5 - 1,5 = 3,5$ unidades para $4,5 - 1,65 = 2,85$ unidades.

Efeito sobre o excedente dos consumidores:

O excedente dos consumidores diminui $0,3 \cdot 4,5 + (0,3 \cdot 0,5)/2 = 1,425$ unidades monetárias (ACDH).

Efeito sobre o excedente dos produtores:

O excedente dos produtores aumenta $0,3 \cdot 1,5 + (0,3 \cdot 0,15)/2 = 0,4725$ unidades monetárias (ABGH).

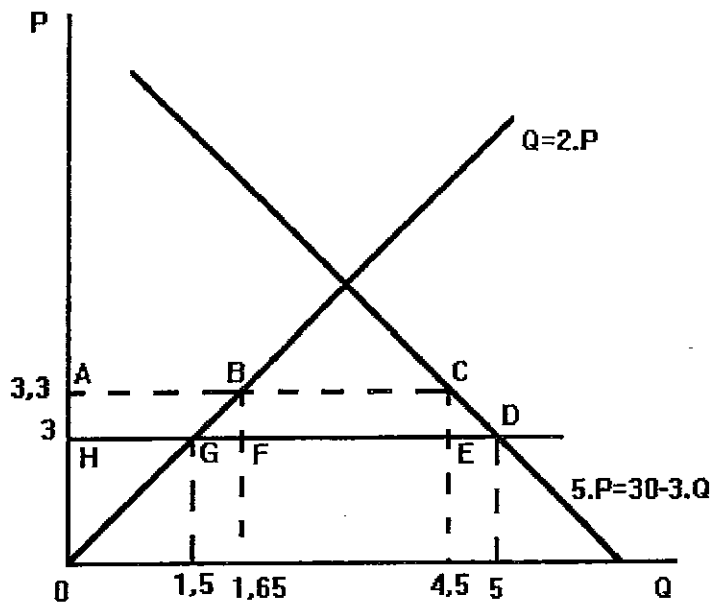
Efeito sobre a receita do Estado:

A receita do Estado aumenta $0,3 \cdot 2,85 = 0,855$ unidades monetárias (BCEF).

Efeito sobre a economia em geral:

Custo de protecção = $(0,3 \cdot 0,15)/2 + (0,3 \cdot 0,5)/2 = 0,0975$ unidades monetárias (BFG + CDE).

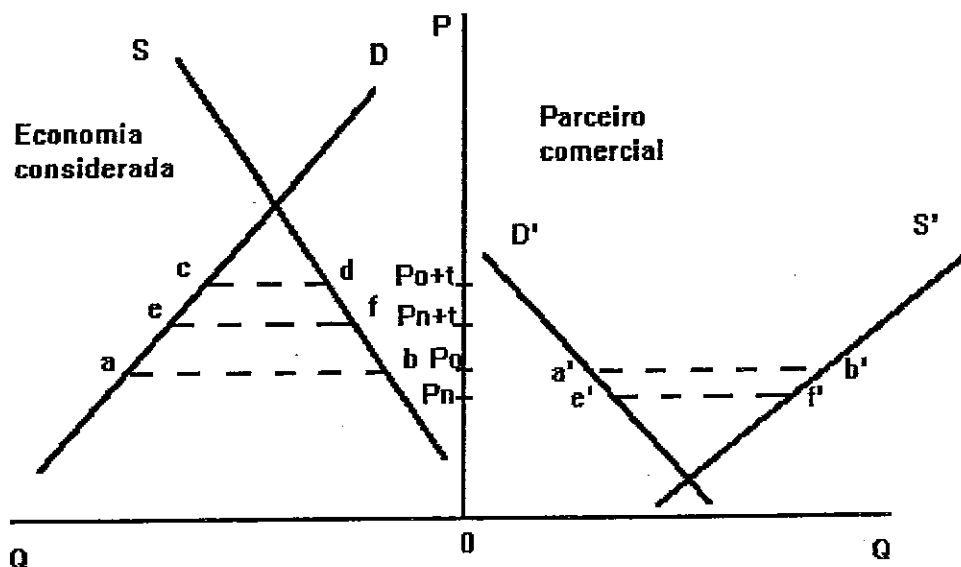
Ilustração gráfica:



b)

Se estivermos em presença de um país grande então as alterações no nível da oferta interna seriam significativas ao nível internacional indo repercutir-se sobre o preço internacional. A diminuição das importações resultante da imposição do direito alfandegário seria considerada importante para os países exportadores, os quais reagiriam baixando o preço do bem, o que eliminaria ou reduziria o aumento do preço interno do bem provocado pelo direito aduaneiro.

Os efeitos da imposição do direito aduaneiro seriam menores e os custos de protecção seriam também importados pelos parceiros comerciais (exportadores) que veriam as suas receitas de exportação diminuídas:



Com o preço P_0 e em livre comércio o nível de importações era de ab e o correspondente nível de exportações do parceiro comercial de $a'b'$. A introdução do direito aduaneiro no valor de t fez com que o preço interno na economia considerada passasse para P_0+t , o que leva o nível de importações a diminuir para cd . Como no mercado internacional se mantém o preço P_0 , o nível de produtos que o parceiro comercial deseja exportar mantém-se em $a'b'$. Sendo $a'b' > cd$, a oferta do produto no mercado internacional é superior à procura o que tende a fazer baixar o preço do bem até que a oferta e a procura se igualem no mercado internacional. É o que acontece quando o preço internacional desce para P_n . A esse preço os exportadores querem exportar $e'f'$ enquanto a economia importadora onde vigora o preço interno P_n+t quer importar ef , sendo $ef = e'f'$.

⌘ Acerca do comportamento do mercado nacional para o bem X, sabe-se que o seu preço de equilíbrio é de 1 libra (£1) quando não é permitida a importação e que, com este preço, a oferta se eleva a 80 unidades de X. Quando se permite a livre importação ao preço do mercado internacional - £0,5 - a procura tende a estabilizar-se em 155 unidades e a importação em 125. Supondo que não existem obstáculos ao funcionamento do mercado em concorrência perfeita, responda às seguintes questões:

a) Quais os efeitos imediatos no mercado derivados da aplicação de um direito ad-valorem de 40% sobre as importações de X?

b) Quais os custos e receitas provenientes desta protecção?

c) Considerando que o Governo passa a utilizar como critério para o estabelecimento de direitos aduaneiros a igualdade entre a receita fiscal e o custo de protecção, a que nível se fixaria a importação de X?

RESOLUÇÃO:

a)

Efeito sobre o preço interno:

$$P = 0,5 \cdot (1 + 0,4)$$

$$P = 0,7$$

O preço interno passa de £0,5 para £0,7.

Efeito sobre a produção nacional:

Temos necessidade de determinar a expressão analítica da curva da oferta:

$$P = a + (0,5/50) \cdot Q$$

$$1 = a + (0,5/50) \cdot 80$$

$$a = 0,2$$

$$P = 0,2 + 0,01.Q$$

$$Q = -20 + 100.P$$

$$Q = -20 + 100.0,7$$

$$Q = 50$$

A produção interna sobe de $155 - 125 = 30$ unidades para 50 unidades.

Efeito sobre o consumo:

Temos necessidade de determinar a expressão analítica da curva da procura:

$$P = b - (0,5/75).Q$$

$$1 = b - (0,5/75).80$$

$$b = 23/15$$

$$P = 23/15 - (1/150).Q$$

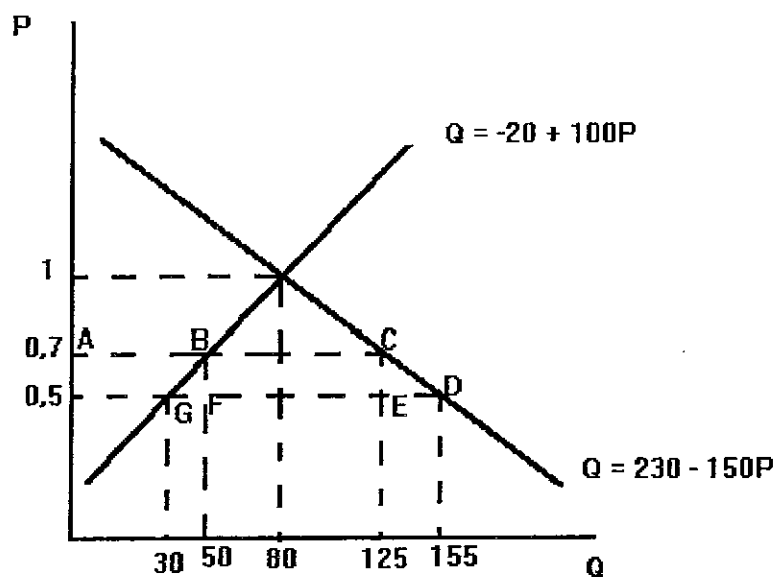
$$Q = 230 - 150.P$$

O consumo desce de 155 unidades para $230 - 150.0,7 = 125$ unidades.

Efeito sobre as importações:

As importações passam de 125 unidades para $125 - 50 = 75$ unidades.

Ilustração gráfica:



b)

O excedente dos consumidores diminui no montante equivalente a ACDH, ou seja

$$0,2 \cdot 125 + (0,2 \cdot 30)/2 = 28 \text{ libras}$$

O excedente dos produtores aumenta ABGH, ou seja

$$0,2 \cdot 30 + (0,2 \cdot 20)/2 = 8 \text{ libras}$$

A receita dos Estado é equivalente a BCEF, ou seja

$$0,2 \cdot 75 = 15 \text{ libras}$$

O custo de protecção suportado pela economia é de BFG + CDE, ou seja

$$(0,2 \cdot 20)/2 + (0,2 \cdot 30)/2 = 5 \text{ libras}$$

c)

Pretende-se, em primeiro lugar, calcular o nível do direito aduaneiro t que faça

$$BCEF = BFG + CDE$$

Ora,

$$BCEF = \text{Imp. } t = (D_x - S_x) \cdot t$$

e

$$BFG + CDE = (S_x - 30).t/2 + (155 - D_x).t/2,$$

sendo t o montante específico do imposto, pelo que se pretende

$$(D_x - S_x).t = [(S_x - 30)/2 + (155 - D_x)/2].t$$

Atendendo a que

$$D_x = 230 - 150.P$$

$$S_x = -20 + 100.P$$

vem

$$t = 0,33(3)$$

$$\text{Montante do imposto: } 0,33(3)/0,5 \cdot 100 = 66 (\%)$$

$$\text{Novo preço interno: } 0,5 + 0,33 = 0,83$$

$$\text{Produção} = -20 + 100 \cdot 0,83 = 63$$

$$\text{Consumo} = 230 - 150 \cdot 0,83 = 105,5$$

$$\text{Importação} = 105,5 - 63 = 42,5 \text{ unidades}$$

⚡ O governo decidiu apoiar a produção e a exportação de tomate sob a forma de um subsídio à exportação no valor de 60 contos por tonelada exportada.

- . O preço no mercado mundial é de 300 contos/ton.;
- . A função oferta é representada pela expressão $S = P/3$;
- . A função procura pode ser especificada por $D = 140 - P/6$.

(S e D representam respectivamente a oferta e a procura nacionais expressas em toneladas e P representa o preço em contos)

a) Avalie o impacto económico dessas medidas sobre a situação dos produtores e consumidores e o correspondente efeito fiscal.

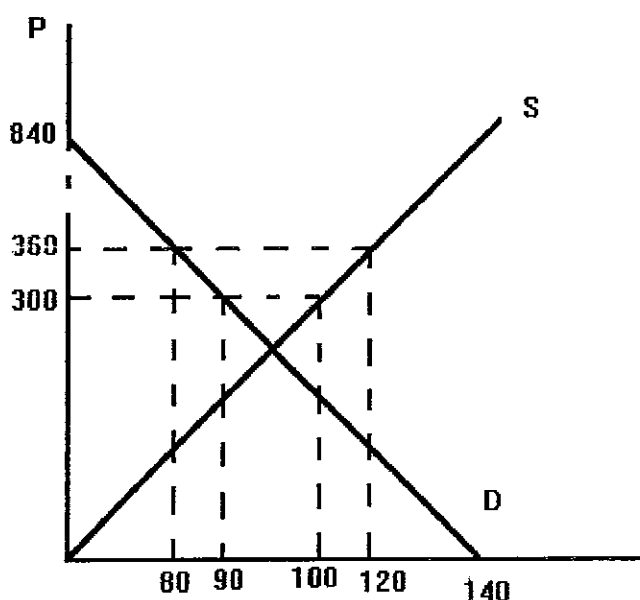
b) Avalie o impacto desta medida sobre a balança comercial.

RESOLUÇÃO:

a)

Como o preço interno passa de 300 para 360, a produção vai aumentar de $S = 300/3 = 100$ para $S = 360/3 = 120$ unidades e a procura interna vai diminuir de $D = 140 - 300/6 = 90$ para $D = 140 - 360/6 = 80$ unidades. Isto traduz-se num aumento do excedente dos produtores no montante de $60.100 + (60.20)/2 = 6600$ contos e numa diminuição do excedente dos consumidores no montante de $60.80 + (60.10)/2 = 5100$ contos. Por último, a despesa pública aumenta $(120 - 80).60 = 2400$ contos.

Ilustração gráfica:



b)

Contribuição deste produto para o saldo da Balança Comercial:

Antes da aplicação do subsídio:

$$(100 - 90).300 = 3000 \text{ contos}$$

Depois da aplicação do subsídio:

$$(120 - 80).300 = 12000 \text{ contos}$$

Aumento da contribuição para o saldo: $12000 - 3000 = 9000$ contos.

9. A fim de estimular a produção nacional do produto X, o país A introduz um direito aduaneiro de 50% sobre a sua importação. As funções de oferta e procura internas são dadas, respectivamente, pelas expressões $P_x = 2Q_x$ e $P_x = 30 - Q_x$ em que P_x representa o preço de X e Q_x a quantidade de X.

a) Sabendo que o preço de X é de 6 unidades monetárias antes da introdução do direito, apresente, quantificando, todos os efeitos resultantes da aplicação desse direito, supondo tratar-se de um país pequeno.

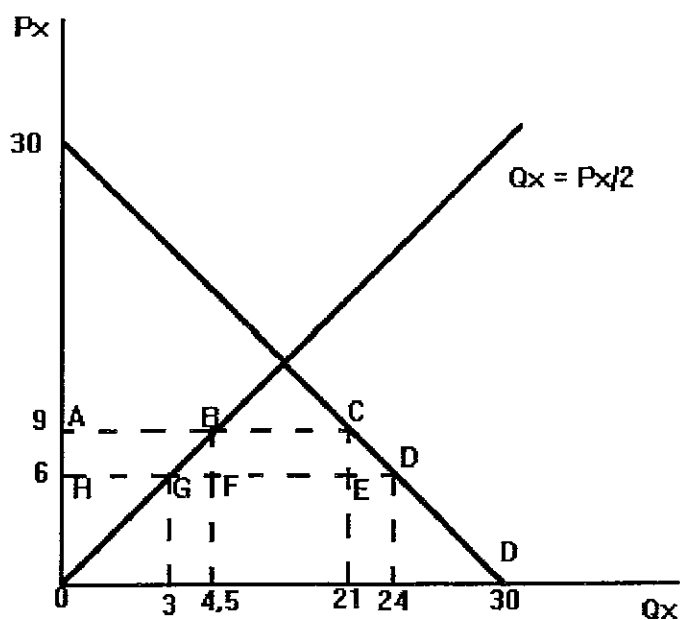
b) Sabendo que 70% do valor do produto X é composto por matéria prima importada, diga como é que o país A deveria proceder para conseguir uma taxa de protecção efectiva de 75%. Apresente todos os cálculos necessários.

RESOLUÇÃO:

a)

- . O preço interno passa de 6 para $6 \cdot (1 + 0,5) = 9$;
- . O consumo passa de $30 - 6 = 24$ para $30 - 9 = 21$ unidades;
- . A produção passa de $6/2 = 3$ para $9/2 = 4,5$ unidades;
- . As importações passam de $24 - 3 = 21$ para $21 - 4,5 = 16,5$ unidades;
- . O excedente dos produtores aumenta $3 \cdot 3 + (3 \cdot 1,5)/2 = 11,25$ u.m. (ABGH);
- . O excedente dos consumidores diminui no montante de $3 \cdot 21 + (3 \cdot 3)/2 = 67,5$ u.m. (ACDH);
- . As receitas fiscais aumentam $(21 - 4,5) \cdot 3 = 49,5$ u.m. (BEF);
- . O custo de protecção eleva-se a $(1,5 \cdot 3)/2 + (3 \cdot 3)/2 = 6,75$ u.m. (BFG + CDE).

Ilustração gráfica:



b)

$$e = (t - a \cdot tm) / (1 - a)$$

$$0,75 = (0,5 - 0,7 \cdot tm) / (1 - 0,7)$$

$$tm = 0,393$$

Terá de impor um direito aduaneiro sobre os inputs importados de 39%.

10 As funções procura e oferta nacionais do bem X podem ser representadas por:

$$D_x = 3000 - 300P_x$$

$$S_x = -250 + 200P_x$$

Sabendo que o preço do bem X no mercado internacional é inferior em 2,5 unidades monetárias ao preço de equilíbrio autárquico, determine:

a) O valor do direito aduaneiro ad-valorem correspondente a uma restrição quantitativa de 300 unidades do bem X.

b) O valor dos custos de protecção daí decorrentes.

RESOLUÇÃO:

a)

Determinação do preço de equilíbrio autárquico:

$$D_x = S_x$$

$$3000 - 300.P_x - (-250 + 200.P_x) = 300$$

$$P_x = 5,9$$

$$t = 1,9/4$$

$$t = 0,475$$

O direito aduaneiro ad-valorem pedido é de 47,5%.

b)

$$P_x = 4 \Rightarrow S_x = -250 + 200.4 = 550$$

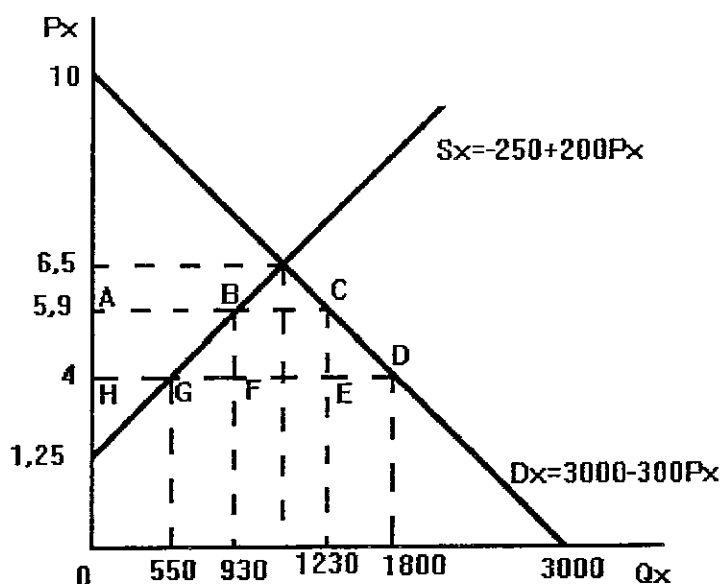
$$\Rightarrow D_x = 3000 - 300.4 = 1800$$

$$P_x = 5,9 \Rightarrow S_x = -250 + 200.5,9 = 930$$

$$\Rightarrow D_x = 3000 - 300.5,9 = 1230$$

Custo de protecção: $1,9.(930 - 550)/2 + 1,9.(1800 - 1230)/2 = 902,5$ u.m. (BFG + CDE)

Ilustração gráfica:



Até Diga sucintamente o que entende por taxa de protecção efectiva e refira-se aos diferentes factores que contribuem para o seu aumento.

RESOLUÇÃO:

A taxa de protecção efectiva mede a protecção ao valor acrescentado. Depende do direito aduaneiro imposto ao produto (t), do direito aduaneiro aplicado ao input importado (tm) e da contribuição deste input para o valor do produto (a), ou seja,

$$e = f(t, tm, a).$$

Concretamente, temos:

$$e = (t - a \cdot tm) / (1 - a)$$

pelo que a taxa de protecção efectiva é tanto maior quanto maior for a taxa de protecção nominal (t) e quanto menores forem os direitos que recaem sobre o input importado (tm). À partida não sabemos qual a natureza do impacto da variação de a sobre a taxa de protecção efectiva.

As funções de procura e oferta internas do bem X, num país pequeno, são dadas pelas seguintes expressões:

$$\begin{aligned} Q_{dx} &= 140 - 20P_x \\ Q_{sx} &= 20P_x - 20, \end{aligned}$$

sendo Q_{dx} e Q_{sx} a quantidade procurada e oferecida de X, respectivamente, e P_x o preço de X. Sabendo que o preço internacional de X é metade daquele que ocorreria em situação de equilíbrio em autarcia e supondo que não existe imposição tarifária sobre os inputs importados para a produção interna de X,

determine a relação entre a taxa de protecção efectiva e a taxa de protecção nominal nas três hipóteses seguintes:

$$a = 0,25 \quad a = 0,5 \quad a = 0,75.$$

Que conclusão poderá extrair dos resultados a que chegou?

RESOLUÇÃO:

$$e = (t - a.t_m)/(1 - a), \quad t_m = 0$$

$$a = 0,25$$

$$e = t/0,75$$

$$a = 0,5$$

$$e = t/0,5$$

$$a = 0,75$$

$$e = t/0,25$$

Quando $t_m = 0$, quanto mais alto for o peso dos inputs no produto final, tanto maior será a taxa de protecção efectiva para um determinado nível de imposição tarifária sobre o produto final.

12. Escreva o que entende por "Política Comercial". Apresente cada um dos seus instrumentos e saliente as principais diferenças.

RESOLUÇÃO:

A Política Comercial consiste na utilização deliberada de instrumentos para atingir objectivos ao nível dos fluxos comerciais. Esses instrumentos podem consistir em direitos aduaneiros (específicos, ad-valorem, mistos, sobre as importações, sobre as exportações), em subsídios (à exportação ou à produção) ou em restrições quantitativas aplicadas às exportações ou às importações e que podem ir desde a proibição pura e simples até à contingentação ou ao licenciamento. Contudo, a Política Comercial socorre-se ainda de instrumentos mais subtis, mas não menos eficazes, como sejam as normas técnicas e de qualidade impostas aos produtos, regras burocráticas que desincentivam os fluxos comerciais, etc.

Estes diferentes instrumentos, apesar de equivalentes em algumas das suas consequências, podem apresentar algumas diferenças. Por exemplo, as restrições quantitativas normalmente não permitem ao Estado arrecadar receita fiscal, ao contrário dos direitos aduaneiros. Simultaneamente, estas restrições podem dar origem ao "despertar" de monopólios potenciais, o que não acontece com o direito aduaneiro. Outro exemplo pode ser apresentado a propósito das consequências dos subsídios à

exportação ou à produção. No primeiro caso, o consumidor surge penalizado, suportando um aumento de preço, o que não acontece no segundo caso.

14. Considere a economia B, pequena, aberta, produtora e consumidora do bem X, relativamente ao qual se estimaram as seguintes funções procura e oferta, respectivamente:

$$Q_d = 50 - 3P$$
$$P = Q_s/2$$

O preço do bem X no mercado internacional é metade do preço que vigorava nesta economia antes da abertura ao comércio. O governo estuda a possibilidade de aplicar um direito ad-valorem de 25% sobre as importações do bem X ou, alternativamente, uma quota de importação no montante de 15 unidades.

a) Se o objectivo do governo for o de proteger a indústria nacional, qual a alternativa que deve escolher? Justifique.

b) Qual das duas alternativas penaliza menos o consumidor? Justifique.

RESOLUÇÃO:

a)

Determinação do preço de autarcia:

$$Q_d = Q_s$$

$$50 - 3P = 2P$$

$$P = 10$$

O preço do bem no mercado internacional é $10/2 = 5$.

O direito ad-valorem de 25% faz aumentar o preço do bem X no mercado interno para $5 \cdot (1 + 0,25) = 6,25$, fazendo com que a produção nacional se fixe em $2 \cdot 6,25 = 12,5$ unidades. Alternativamente, uma quota de importação no montante de 15 unidades fará o preço interno subir para

$$Q_d - Q_s = 15$$

$$50 - 3P - 2P = 15$$

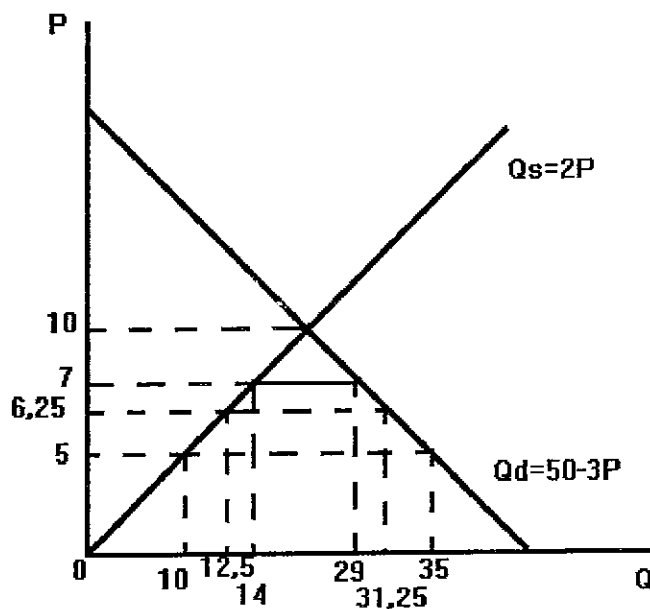
$$P = 7$$

fixando a produção em $2 \cdot 7 = 14$ unidades. Deste modo, a quota preenche melhor o objectivo do governo.

b)

O direito aduaneiro penaliza menos o consumidor, pois o aumento de preço não é tão acentuado. Esta alternativa permite que o consumo se fixe em $50 - 3 \cdot 6,25 = 31,25$ unidades enquanto que no caso da quota o consumo se fica pelas $50 - 3 \cdot 7 = 29$ unidades. Também ao nível do excedente do consumidor as perdas não são tão acentuadas no caso do direito aduaneiro ($1,25 \cdot 31,25 + 1,25 \cdot 3,75/2 = 41,4$ u.m. contra $2 \cdot 29 + 2 \cdot 6/2 = 64$ u.m.).

Ilustração gráfica:



15 O governo de um país pequeno estuda duas alternativas de política comercial:

. a aplicação de um direito aduaneiro ad-valorem de 50% sobre as importações do bem X; ou,

. a concessão de um subsídio de 3 unidades monetárias por unidade produzida do mesmo bem.

a) O governo pretende diminuir o défice comercial e não aumentar o défice orçamental. Qual das alternativas persegue melhor este duplo objectivo? Justifique.

b) Se o governo tivesse também como objectivo a maximização do bem-estar dos consumidores optaria da mesma forma? Justifique.

RESOLUÇÃO:

a)

Se o governo não quer aumentar o défice orçamental não pode optar pela concessão do subsídio; deve aplicar o direito aduaneiro.

b)

Tudo depende da hierarquização dos objectivos, mas o subsídio à produção não afecta directamente o bem-estar dos consumidores.

16. Sendo constantes o preço internacional e o valor do direito aduaneiro ad-valorem para um determinado bem X, importado, o custo de protecção relativo ao consumo será tanto maior:

a) quanto maiores forem a elasticidade da procura e a dimensão do mercado;

b) quanto maior for a elasticidade da procura e menor a dimensão do mercado;

c) quanto menores forem a elasticidade da procura e a dimensão do mercado;

d) quanto menor for a elasticidade da procura e maior a dimensão do mercado.

Diga, justificando, qual a resposta correcta.

RESOLUÇÃO:

A resposta correcta é a b). Quanto maior a elasticidade da procura maior será a reacção dos consumidores aos novos preços internos resultantes da introdução do direito aduaneiro. Quanto menor a dimensão do mercado porque neste caso não há modificações no preço de equilíbrio internacional, enquanto que se o mercado for grande a imposição de um direito aduaneiro sobre as importações originará uma descida do preço internacional, diminuindo o custo de protecção.